



Comando Nacional de Greve

Comunicado Especial

25/8/12

Avaliação Política

A greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino (IFE) completou cem dias, no dia 24 de agosto de 2012, num dos movimentos mais fortes de toda a história do ANDES-SN. A declaração da greve ocorreu em assembleias lotadas, demonstrando o profundo descontentamento de nossa categoria com a forma desrespeitosa com que o governo trata da carreira docente e das condições de trabalho e ensino nas IFE, em particular nas expansões desordenadas (como REUNI, Expandir, criação de novos *campus...*) realizadas sem garantia da qualidade acadêmica.

O movimento paredista se ampliou rapidamente. A mobilização mostrou que não se aceitaria mais as postergações do MPOG e do MEC, com inúmeras promessas, reuniões, mesas e oficinas, que foram utilizadas principalmente a partir de 2010, para adiar, manipular e impedir que as necessárias mudanças fossem efetivadas. Isto também se mostrou evidente no descumprimento do acordo assinado em 2011 com o movimento docente. A greve expressa o repúdio consciente da categoria, que não admite mais assistir à precarização do trabalho nas IFE, o que se reflete nos pontos listados na pauta de reivindicações (reestruturação da carreira e valorização e melhoria das condições de trabalho) e na denúncia da forma irresponsável com que governo Dilma vem agindo com os professores das IFE e com os servidores públicos de forma geral.

Já no início das paralisações, os depoimentos e debates nas assembleias expressavam uma luta que resgatasse a autonomia institucional, no sentido contrário ao projeto de contrarreforma que vem sendo implementado pelo governo para estas Instituições. O governo Dilma busca adequar, cada vez mais, as IFE para os interesses mercantis, estabelecendo uma lógica gerencial, produtivista e quantitativista.

No cenário mais geral, os últimos meses demonstraram o forte movimento de várias categorias dos servidores públicos federais que, inegavelmente, impacta o

governo Dilma, mas não o debilita. Tal fato demonstra a retomada da luta e caracteriza a reação dos trabalhadores em torno de uma contrarreforma do Estado que se coloca em curso, que impõe perdas de direitos e aprofunda a desestruturação das carreiras, como no caso dos docentes. Com o objetivo de garantir esse projeto, o governo Dilma não responde às reivindicações da categoria ao mesmo tempo que tenta desarticular o movimento grevista.

A intensificação contínua do movimento nas IFE, com significativa participação de docentes que vivem condições precárias de trabalho, contribuiu para a deflagração de uma forte greve no dia 17 de maio. Surpreendido pela força do movimento docente o governo Dilma vem empreendendo diversas ações para isolar o ANDES-SN, nesse cenário de luta do funcionalismo público federal.

Docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos das IFE construíram suas greves em nível nacional. Reiteradamente, nas mesas de negociação, o governo Dilma manteve-se intransigente frente à força coletiva desses movimentos, ao condicionar a abertura das negociações das pautas dos técnico-administrativos ao fim do processo negocial com os docentes. A assinatura do “acordo” com o Proifes, no dia 03 de agosto, representou nesse palco, uma encenação de conclusão da discussão com os docentes.

Tal “acordo” impôs o projeto do governo Dilma que, unilateralmente, numa atitude antissindical, deu por encerrada a negociação com os professores, desconsiderando sua pauta. Na tentativa de fazer garantir o seu projeto de privatização, precarização, fragmentação e hierarquização entre e intra instituições e docentes, o governo age para o esfacelamento do movimento de oposição que essa greve das IFE representou a essa lógica distorcida.

Como elementos relevantes desse processo, que reafirmam essa linha de condução política, está o próprio acordo assinado no dia 22 de agosto com a FASUBRA e a repercussão dessa negociação com os técnico-administrativos, também representados pelo SINASEFE, entidade sindical que, até aqui, se colocou na luta conjunta com o ANDES-SN, nas mesas de negociação e, sobretudo, nas diretrizes políticas constitutivas do movimento. Também sobre o SINASEFE, o governo Dilma vem incidindo, com o objetivo de negociar separadamente com essa entidade um “aditivo” ao “acordo” relativo à carreira docente. Para as demais categorias dos SPF

em greve, o governo apresenta propostas de reajuste salarial, com o objetivo de construir acordos à toque de caixa para pôr fim às greves, afirmando que enviará projetos de lei para o Congresso Nacional até o dia 31 de agosto.

O governo Dilma é contraditório ao oferecer uma proposta para a FASUBRA, em que reafirma a estrutura de carreira para os técnico- administrativos com steps constantes entre os níveis de carreira, reconhecendo desta forma que esta questão é de máxima importância para os servidores públicos federais. Já em relação aos docentes, o governo Dilma é insistente em negar o resgate deste mesmo princípio, o qual inclusive era originalmente garantido no PUCRCE, emblemando então que o interesse do governo neste momento é aprofundar a desestruturação da carreira do magistério na educação federal. Sendo assim, é preciso dizer que o governo age de forma perniciosa, autoritária e ilegítima, utilizando-se de manobras para confundir os docentes sobre o próprio sentido dessa greve, a reestruturação da carreira e o próprio conceito de instituição de ensino pelo qual lutamos.

Na última semana, a ofensiva dos setores governistas no interior das IFE coloca-se nos mesmos marcos. Ela se materializou tanto nas manobras e golpes que puseram fim à greve na UNB e UFC, quanto nos movimentos em direção aos colegiados superiores, em diversas IFE, visando o retorno do calendário acadêmico, iniciativas que têm sido prontamente respondidas pelo movimento docente, o que demonstra a força da greve.

O fato novo da semana que se encerra foi a apresentação, divulgação e protocolização da contraproposta referendada nas assembleias de base da categoria. Esta foi marcada por intensa atividade em Brasília – no legislativo, no executivo, na imprensa e nas ruas, com a realização das seguintes ações:

- a) apresentação da contraproposta na Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal, solicitando que esses parlamentares atuem como intermediários na reabertura das negociações, bem como diversas conversas com outros parlamentares para que também ajam neste sentido;
- b) protocolização da contraproposta do CNG/ANDES-SN na Secretaria Geral da Presidência, nos ministérios (MEC, MPOG, SRT/MPOG), solicitando a reabertura de negociação com o governo;
- c) concessão de coletiva na imprensa para dar visibilidade ao conteúdo da contraproposta do movimento;
- d)

realização de atos de rua que demarcaram todas as ações relatadas nos itens anteriores. Assim, utilizamos de diferentes canais para pressionar o governo Dilma no sentido de reabrir as negociações e considerar nossas reivindicações.

O ato de elaborar e apresentar uma contraproposta revela a disposição da categoria para negociar, mas reafirmando os princípios de reestruturação da carreira docente, elemento fundamental para superar a lógica fragmentária contida na proposta salarial do governo Dilma. A postura do governo tem sido marcada pela intransigência. Por meio da mídia e em nota nos sites oficiais do executivo, sem nenhuma resposta direta ao CNG/ANDES-SN, o governo age em uma tentativa de desqualificar a iniciativa do movimento, recusando-se a reabrir negociações.

A semana que segue tende a colocar na ordem do dia o protagonismo atual dos trabalhadores do serviço público federal no cenário político brasileiro. Os docentes, através dos resultados das assembleias gerais, de atos e mobilizações seguem afirmando a força da greve e a disposição da categoria em intensificá-la. A correlação de forças atual apresenta o impasse entre um governo refratário às nossas reivindicações e o movimento, de fôlego, organizado em que nos encontramos.

O governo se propõe a ampliar a desestruturação da carreira, submetendo os docentes a avaliações controladas pelo MEC, fora do âmbito da autonomia das IFE. Assim como não garante a melhoria das condições de trabalho, reivindicação presente no segundo ponto de pauta, que sequer foi considerado.

O governo Dilma aposta que os professores desistirão da luta no dia 31/08, por ser o prazo definido na LDO para que o executivo envie ao congresso nacional projetos de lei que tratem de modificações nas carreiras de servidores públicos federais com repercussão financeira em 2013. Os docentes, por sua vez, respondem que o momento é de resistir e intensificar a greve. Mesmo com o envio do projeto de lei orçamentária ao Congresso Nacional, as possibilidades de conquistas pela greve docente continuam dependendo centralmente de nossa capacidade de luta e resistência para forçar o governo a reabrir negociações.

2. ENCAMINHAMENTOS

- Continuidade da greve, intensificação das nossas ações pela imediata reabertura de negociações;

- Garantir maior visibilidade para a contraproposta apresentada pelo movimento, através de novos materiais de divulgação e atividades;
- Na semana de 27 a 31 de agosto os CLG que ainda não providenciaram devem: a) fazer a entrega da nossa contraproposta aos dirigentes das instituições, protocolando-a formalmente; b) fazer a entrega da nossa contraproposta aos parlamentares federais nos Estados e regiões, reafirmando nossa solicitação para que sejam intermediários pela reabertura das negociações; c) pautar nossa contraproposta na mídia (de várias formas, com releases, coletivas de imprensa, etc) para dar visibilidade e intensificar a pressão pela reabertura de negociações.
- Ampliar a pressão sobre o governo, reitores/diretores e parlamentares, para garantir avanços no segundo ponto de pauta, das condições de trabalho, buscando compromissos concretos para atendimento das necessidades de cargos/vagas docentes, de obras e infraestrutura, de respeito a autonomia e a democracia na gestão das instituições, inclusive no que diz respeito aos Hospitais Universitários e a realização de auditoria sobre o REUNI;
- Ampliar a pressão nos próximos dias sobre o governo, através de: a) atos públicos que garantam visibilidade à luta, denúncia do governo e pela reabertura das negociações; b) pressão sobre a Presidência da República, parlamentares e reitores/diretores para a retomada das negociações, antes do envio do PL ao congresso;
- Realizar atos nos Estados, articulados nacionalmente, preferencialmente no dia 29 de agosto, avaliando em cada situação as possibilidades de ações unificadas com as demais categorias em greve e levando em conta a necessidade de pressão contundente sobre o governo nessa semana;
- Cada CLG deve entrar em contato com os senadores do seu Estado, instando-os a participação na audiência pública que ocorrerá na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, dia 29 de agosto, para debater o movimento grevista dos professores federais;
- Solicitar reforço de representantes dos comandos locais de greve no CNG, na próxima semana;

AGENDA:

- **Dias 27 a 31 de agosto**, divulgar amplamente a nossa contraproposta;
- **Dia 29 de agosto**, quarta-feira, audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal sobre o “movimento grevista dos professores federais”;
- **Dia 30 de agosto**, quinta-feira, atos públicos nos Estados;
- **Dias 30 e 31 de agosto**, rodada nacional de assembléias gerais.